



EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

EDITAL Nº 98/2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Portaria da Presidência do TJCE nº 668, de 23 de abril de 2021 (DJe 30/04/2021), que estabeleceu critérios para designação e nomeação de servidores(as) para o cargo de Assistente de Apoio Judiciário, criado pela Lei Estadual nº 17.379, 04 de janeiro de 2021.

CONSIDERANDO que o § 3º do art. 2º da Portaria da Presidência do TJCE nº 668/2021 fixou que o Comitê Permanente de Apoio à Produtividade dos Magistrados publicasse edital para que unidades judiciárias manifestassem interesse em receber auxílio de assistentes de apoio judiciário, e que o § 4º do mesmo artigo definiu que seriam observados critérios objetivos referentes ao desempenho e à estrutura funcional das unidades, como a lotação paradigma, o índice e a taxa de congestionamento e de atendimento à demanda, o percentual de atingimento das metas nacionais e o quantitativo de processos conclusos, sem prejuízo de outros a serem definidos por ato normativo do Comitê;

CONSIDERANDO a disponibilidade de designação de 40 (quarenta) estagiários de pós-graduação lotados no Núcleo de Produtividade Remota (NPR);

RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a abertura do prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Edital, para manifestação de interesse por parte dos(as) magistrados(as) titulares de unidades judiciárias em receber auxílio de 1 (um ou uma) assistente de apoio judiciário, na forma do art. 57-B, da Lei Estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017, por um período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por decisão do Comitê de Apoio Permanente de Apoio à Produtividade dos Magistrados.

Art. 2º Tendo em vista a disponibilidade de designação de 12 (doze) assistentes de apoio judiciário, o Comitê Permanente de Apoio à Produtividade dos Magistrados selecionará as unidades judiciárias que atenderem os seguintes critérios:

I - a lotação paradigma deverá ser neutra ou deficitária;

II - o percentual de atingimento da Meta 1 da unidade solicitante deverá ser superior a 90% (noventa por cento);

III - ter apresentado, no primeiro semestre de 2021, pelo menos um dos seguintes resultados:

a) número de julgamentos superior ao registrado no primeiro semestre de 2020;

b) percentual de julgamentos em relação aos casos novos igual ou superior a 100%;

Parágrafo único. Fica vedada a participação das unidades dos juizados especiais cíveis, criminais e cíveis e criminais.

Art. 3º No caso de haver mais de 12 (doze) unidades judiciárias interessadas que atendam aos critérios identificados no artigo anterior, observar-se-á, para fins de desempate, o Índice de Congestionamento, aferido com base na produtividade de 2020, que é calculado por meio da multiplicação da taxa de congestionamento e do número de processos pendentes de baixa.

Art. 4º Os requerimentos deverão ser encaminhados por CPA ao Núcleo de Apoio à Gestão do 1º Grau (TJCENAGPG), mediante formulário próprio, constante do Anexo Único, deste Edital.

Art. 5º As unidades não contempladas com assistentes de apoio judiciário, receberão 1 (um ou uma) estagiário(a) de pós-graduação.

Parágrafo único. No caso de haver um número de unidades inscritas superior ao total de estagiários(as) de pós-graduação aptos(as) a serem designados(as), adotar-se-ão os mesmos critérios previstos no art. 2º, deste Edital.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do TJCE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 20 de julho de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 98/2021

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

_____, Juiz/Juíza de Direito Titular da _____ (unidade judiciária), comparece respeitosamente à presença de Vossa Excelência para, atendendo ao disposto no Edital nº ____/2021, manifestar interesse em receber auxílio de 1 (um ou uma) assistente de apoio judiciário, na forma do art. 57-B, da Lei Estadual nº 16.208/2017, por um período de 6 (seis) meses.

Fortaleza, ____ de _____ de 2021

Assinatura